

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2022 R\$ 4.554,0 milhões, com aumento de R\$ 843,6 milhões ou 22,7% em relação ao ano anterior.

Despesas administrativas

Em 2022, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 9,0%, com redução de 0,4 ponto percentual em relação ao ano anterior. Mesmo com uma leve redução, cabe destacar que o modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.

Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2022 R\$ 129,1 milhões, redução de R\$ 44,1 milhões, ou 25,5% em relação ao ano anterior. O resultado foi impactado principalmente pelo desempenho das alocações em renda variável, embora as alocações em títulos indexados à inflação tenham contribuído positivamente.

Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2022 foi de 100,3%, aumento de 8,0 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2022 foi de 102,0%, aumento de 7,8 pontos percentuais em relação ao ano anterior. Estas variações decorrem, principalmente do aumento de 10,5 pontos percentuais no índice de sinistralidade.

Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 15,1 milhões, registrando redução de R\$ 163,6 milhões ou 91,6% em relação a 2021. O lucro por ação foi de R\$ 6.527 em 2022 e R\$ 103.748 em 2021.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE. No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes.

Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhoria do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica.

As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

22 de fevereiro de 2023

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre o lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021 (reapresentado)		Dezembro de 2021 (reapresentado)
		Dezembro de 2022	Ajustes	
Prêmios emitidos.....	22	4.554.034	3.710.398	- 3.710.398
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	23	(452.440)	(200.119)	- (200.119)
Prêmios ganhos.....	22	4.101.594	3.510.279	- 3.510.279
Sinistros ocorridos.....	24	(2.883.931)	(2.100.864)	- (2.100.864)
Custos de aquisição.....	25	(859.750)	(811.732)	- (811.732)
Outras receitas e despesas operacionais.....	26	(82.119)	(87.188)	- (87.188)
Resultado com resseguro		(3.215)	(5)	- (5)
Despesa com resseguro.....		(3.215)	(5)	- (5)
Despesas administrativas.....	27	(367.233)	(327.539)	- (327.539)
Despesas com tributos	28	(66.311)	(70.168)	- (70.168)
Resultado financeiro...	29	129.079	173.206	- 173.206
Resultado patrimonial...		2.091	7.797	(5.837) 1.960
Resultado operacional.		(29.795)	293.786	(5.837) 287.949
Ganhos ou perdas com ativos não correntes...		5.860	677	- 677
Resultado antes dos impostos e participações.....		(23.935)	294.463	(5.837) 288.626
Imposto de renda.....	9.3	27.892	(52.784)	1.459 (51.325)
Contribuição social.....	9.3	16.384	(32.255)	876 (31.379)
Participações sobre o lucro		(5.276)	(27.268)	- (27.268)
Lucro líquido do exercício		15.065	182.156	(3.502) 178.654
Quantidade de ações.....	19.a	2.308	1.722	- 1.722
Lucro líquido por ação - R\$.....		6.527	105.782	- 103.748

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2022 (reapresentado)	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício.....	15.065	178.654
Outros resultados abrangentes.....	8.449	(65.790)
Ajustes de títulos e valores mobiliários.....	12.867	(107.795)
Efeitos tributários.....	(5.147)	43.118
Outros ajustes de avaliação patrimonial.....	1.214	(1.855)
Efeitos tributários.....	(485)	742
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários.....	23.514	112.864

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício.....		15.065	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações.....		11.051	9.686
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos.....		890	5.464
Perda/(ganho) na alienação de imobilizado e intangível.....		(5.861)	(425)
Resultado de equivalência patrimonial.....		(30)	78
Outros ajustes.....		(68)	(2)
Varição nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros.....		(255.775)	(177.958)
Créditos das operações de seguros e resseguros.....		(366.741)	(168.001)
Ativos de resseguro.....		2.903	(957)
Créditos fiscais e previdenciários.....		(25.641)	(15.598)
Ativo fiscal diferido.....		(19.021)	(43.554)
Depósitos judiciais e fiscais.....		(2.616)	4.467
Despesas antecipadas.....		85	(1.666)
Custos de aquisição diferidos.....		(34.263)	(39.002)
Outros ativos.....		(14.919)	(25.869)
Impostos e contribuições.....		958	95.908
Outras contas a pagar.....		33.094	18.506
Débitos de operações com seguros e resseguros.....		15.555	1.837
Depósitos de terceiros.....		2.340	(13.016)
Provisões técnicas - seguros e resseguros.....		458.980	314.494
Provisões judiciais.....		2.349	(5.088)
Outros passivos.....		8.449	(68.106)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais.....		(173.216)	69.852
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio.....	21 (e)	2	1
Imposto sobre o lucro pago.....		-	(99.153)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais.....		(173.214)	(29.300)
Atividades de investimento			
Recebimento pela venda:			
Imobilizado.....		131.197	3.456
Pagamento pela compra:			
Imobilizado.....		(379)	(4.307)
Intangível.....		(26.888)	(17.654)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento.....		103.930	(18.505)
Aumento de capital.....		301.050	171.000
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio.....		(88.000)	(113.347)
Outros.....		3.342	3.058
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento.....		216.392	60.711
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa.....		147.108	12.906
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....		60.215	47.309
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício.....		207.323	60.215

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

	Participação	Participação
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.		
Rodolfo Villela Marino		6,4%
Fundação Fahz		15,4%
Outros		34,7%
Cia. e Johnston de Participações		Participação
Pedro Moreira Salles		31,0%
Fernando Roberto Moreira Salles		31,0%
João Moreira Salles		19,0%
Walther Moreira Salles		19,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)		31 de Janeiro de 2021 (reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)		31 de Janeiro de 2021 (reapresentado)
		Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)				Dezembro de 2022	Dezembro de 2021 (reapresentado)	
Circulante		2.921.608	2.020.356	1.677.761	Circulante		3.113.637	2.533.158	2.243.540
Disponível.....		64.299	43.121	42.703	Contas a pagar.....		194.202	176.201	168.416
Caixa e bancos.....		64.299	43.121	42.703	Obrigações a pagar.....	16.1	53.030	63.851	65.482
Equivalentes de caixa.....	7	143.024	17.094	4.606	Impostos e encargos sociais a recolher.....	16.2	128.801	101.012	88.263
Aplicações.....	8	556.354	212.250	110.815	Encargos trabalhistas.....		5.107	4.735	4.175
Créditos das operações com seguros e resseguros.....		1.661.721	1.295.870	1.133.333	Impostos e contribuições.....		6.082	5.124	8.369
Prêmios a receber.....	9.1	1.661.261	1.295.870	1.133.333	Outras contas a pagar.....		1.182	1.479	2.127
Operações com resseguradoras.....	19.1	460	-	-	Débitos de operações com seguros e resseguros.....		81.409	65.854	64.017
Outros créditos operacionais.....		12.779	13.382	16.624	Prêmios a restituir.....		196	198	196
Ativos de resseguro - provisões técnicas.....	19.1	1.976	4.879	3.922	Corretores de seguros e resseguros.....	15	68.348	57.515	55.495
Títulos e créditos a receber.....		1.117	11.563	2.475	Outros débitos operacionais.....		12.865	8.141	8.326
Títulos e créditos a receber.....		303	289	563	Depósitos de terceiros.....	18	6.703	4.363	17.379
Créditos tributários e previdenciários.....	10	483	10.946	1.690	Provisões técnicas - seguros.....	19	2.831.323	2.286.740	1.993.728
Outros créditos.....		331	328	222	Danos.....		2.831.082	2.286.512	1.993.484
Outros valores e bens.....	12	80.980	57.646	38.704	Pessoas.....		241	228	244
Bens à venda.....	12.1	53.317	48.261	33.816	Não circulante		204.327	271.530	249.976
Outros valores.....		27.663	9.385	4.888	Contas a pagar.....		41.729	25.678	20.518
Despesas antecipadas.....		4.877	4.347	3.345	Obrigações a pagar.....	16.1	2.881	3.536	1.520
Custos de aquisição diferidos.....	13	394.481	360.204	321.234	Tributos diferidos.....	10.1.3	38.848	22.142	18.998
Seguros.....		394.481	360.204	321.234	Provisões técnicas - seguros.....	19	90.579	176.182	154.700
Não circulante		1.557.740	1.709.465	1.567.313	Danos.....		89.575	175.622	153.981
Realizável a longo prazo.....		1.377.351	1.417.545	1.284.560	Pessoas.....		822	560	719
Aplicações.....	8	1.111.232	1.199.561	1.123.038	Outros débitos.....		72.019	69.670	74.758
Títulos e créditos a receber.....		246.471	189.087	144.254	Provisões judiciais.....	20	72.019	69.670	74.758
Créditos tributários e previdenciários.....	10	157.077	101.952	52.056	Patrimônio líquido		1.161.384	925.133	751.558
Depósitos judiciais e fiscais.....	11	86.302	83.686	88.153	Capital social.....	21	847.578	503.578	503.578
Outros créditos.....		3.092	3.449	4.045	Aumento de capital (em aprovação).....	21	128.050	171.000	-
Outros valores e bens.....	12	19.326	27.946	17.013	Reservas de reavaliação.....		2.251	2.565	2.657
Despesas antecipadas.....		304	919	255	Reservas de lucros.....		226.718	299.652	231.195
Custos de aquisição diferidos.....	13	18	32	-	Ajustes de avaliação patrimonial.....		(43.213)	(51.662)	14.128
Seguros.....		18	32	-					
Investimentos.....		5.263	7.139	7.399					
Participações societárias.....		167	137	215					
Imóveis destinados à renda.....		5.096	7.002	7.184					
Imobilizado.....	14	114.472	244.683	248.375					
Imóveis de uso próprio.....		110.006	238.087	243.804					
Bens móveis.....		4.466	6.596	4.553					
Outras imobilizações.....		-	-	18					
Intangível.....	15	60.654	40.098	26.979					
Outros intangíveis.....		60.654	40.098	26.979					
Total ativo		4.479.348	3.729.821	3.245.074	Total do passivo e patrimônio líquido		4.479.348		

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→ continuação

1.2 INFORMAÇÕES RELEVANTES DO EXERCÍCIO

1.2.1 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO

Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Companhia, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário ("Fundo") como compradora. O objeto do acordo foi a venda de imóveis ao Fundo, considerando condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata, segregada em duas tranches. A primeira tranche negociou 13 imóveis da Companhia ao valor de R\$ 70.761, na mesma data da assinatura do acordo. A segunda tranche negociou 6 imóveis ao valor de R\$ 41.914. Do montante da segunda tranche, as partes se comprometeram a enviar os melhores esforços para concluir a etapa de 1 imóvel no montante de R\$ 2.276. Demonstramos abaixo os saldos relativos à operação:

Ativo circulante.....	2.505
Imóveis disponíveis para venda (i).....	2.505
Patrimônio líquido.....	421
Reserva Reavaliação (ii).....	421
Resultado.....	12.496
Ganho patrimonial (iii).....	12.496

(i) O montante representa 1 imóvel da primeira tranche, cujo valor foi pago em 29 de junho de 2022, porém não houve sua escritura transferida ao Fundo na mesma data-base (vide nota explicativa nº 12), e seu valor de mercado é de R\$ 2.276.

(ii) O montante representa a reserva de realização dos imóveis destacados acima.

(iii) O montante representa o ganho bruto na venda dos imóveis ao Fundo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 COMPARABILIDADE

Os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras, foram reapresentados para fins de comparabilidade, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 21 (R1) - Apresentação das Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em decorrência:

- (1) Adequação das posições dos imóveis para investimentos - a Companhia aplicou o CPC 28 - Propriedade para investimentos em sua totalidade, no entanto, a SUSEP através da Circular SUSEP nº 648/2021 não permite sua total aplicabilidade, não permitindo modificar o custo de aquisição dos ativos registrados contabilmente. Neste sentido os valores foram reapresentados por meio de recomposição de saldos de custo;
- (2) Efeitos tributários oriundos dos referidos ajustes;
- (3) Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reclassificou, além dos valores dos itens (1) e (2), os valores de provisões técnicas - seguros e resseguros para os ajustes ao lucro líquido nas demonstrações dos fluxos de caixa. Essas reclassificações foram feitas para melhor apresentação e comparabilidade. As mudanças não impactam o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais dos exercícios apresentados.

Abaixo, demonstramos resumo das adequações de saldos para correta comparabilidade às demonstrações financeiras originalmente apresentadas:

	31 de Dezembro de 2021	Ajustes	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)
Ativo			
Circulante.....	2.011.990	-	2.020.356
Não circulante.....	1.752.138	(42.673)	1.709.465
Realizável a longo prazo.....	1.417.545	-	1.417.545
Investimentos.....	49.812	(42.673)	7.139
Participações societárias.....	137	-	137
Imóveis destinados à renda.....	49.675	(42.673)	7.002
Imobilizado.....	244.683	-	244.683
Intangível.....	40.098	-	40.098
Total ativo.....	3.772.494	(42.673)	3.729.821

	31 de Dezembro de 2021	Ajustes	31 de Dezembro de 2021 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante.....	2.533.207	(49)	2.533.158
Contas a pagar.....	176.250	(49)	176.201
Impostos e contribuições.....	5.173	(49)	5.124
Demais obrigações a pagar.....	171.077	-	171.077
Outros.....	2.356.957	-	2.356.957
Não circulante.....	288.550	(17.020)	271.530
Contas a pagar.....	42.698	(17.020)	25.678
Obrigações a pagar.....	3.536	-	3.536
Tributos diferidos.....	39.162	(17.020)	22.142
Outros.....	245.852	-	245.852
Patrimônio líquido.....	950.737	(25.604)	925.133
Reservas de reavaliação.....	2.748	(183)	2.565
Reservas de lucros.....	325.073	(25.421)	299.652
Outros.....	622.916	-	622.916

	1º de Janeiro de 2021	Ajustes	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Ativo			
Circulante.....	1.677.761	-	1.677.761
Não circulante.....	1.604.149	(36.836)	1.567.313
Realizável a longo prazo.....	1.284.560	-	1.284.560
Investimentos.....	44.235	(36.836)	7.399
Participações societárias.....	215	-	215
Imóveis destinados à renda.....	44.020	(36.836)	7.184
Imobilizado.....	248.375	-	248.375
Intangível.....	26.979	-	26.979
Total ativo.....	3.281.910	(36.836)	3.245.074

	1º de Janeiro de 2021	Ajustes	1º de Janeiro de 2021 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante.....	2.243.570	(30)	2.243.540
Contas a pagar.....	168.446	(30)	168.416
Impostos e contribuições.....	8.399	(30)	8.369
Outras obrigações a pagar.....	160.047	-	160.047
Outros.....	2.075.124	-	2.075.124
Não circulante.....	264.680	(14.704)	249.976
Contas a pagar.....	35.222	(14.704)	20.518
Obrigações a pagar.....	1.520	-	1.520
Tributos diferidos.....	33.702	(14.704)	18.998
Outros.....	229.458	-	229.458
Patrimônio líquido.....	773.660	(22.102)	751.558
Reservas de reavaliação.....	2.769	(112)	2.657
Reservas de lucros.....	253.185	(21.990)	231.195
Outros.....	517.706	-	517.706
Total do passivo e patrimônio líquido.....	3.281.910	(36.836)	3.245.074

	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Demais resultados.....	285.989	-	285.989
Resultado patrimonial.....	7.797	(5.837)	1.960
Resultado operacional.....	293.786	(5.837)	287.949
Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	677	-	677
Resultado antes dos impostos e participações.....	294.463	(5.837)	288.626
Imposto de renda.....	(52.784)	1.459	(51.325)
Contribuição social.....	(32.255)	876	(31.379)
Participações sobre o lucro.....	(27.268)	-	(27.268)
Lucro líquido do exercício.....	182.156	(3.502)	178.654
Quantidade de ações.....	1.722	-	1.722
Lucro líquido por ação - R\$.....	105.782	(3.390)	102.392
Demonstrações dos resultados abrangentes			
Dezembro de 2021	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício.....	182.156	(3.502)	178.654
Outros resultados abrangentes.....	(65.790)	-	(65.790)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários.....	116.366	(3.502)	112.864

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Demais	Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos iniciais em 1º de janeiro de 2021 (reapresentado).....	517.706	2.657	231.195	-	751.558
Pagamentos adicionais.....	-	-	(65.000)	-	(65.000)
Plano de pagamento em ações.....	-	-	3.058	-	3.058
Aumento de capital em aprovação.....	171.000	-	-	-	171.000
Reserva de reavaliação Realização parcial por depreciação.....	-	(21)	-	21	-
Ajustes de avaliação patrimonial.....	(65.790)	-	-	-	(65.790)
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	178.654	178.654
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	9.108	(9.108)	-
Reservas estatutárias.....	-	(71)	121.291	(121.220)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e intermediários.....	-	-	-	(14.488)	(14.488)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(33.859)	(33.859)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado).....	622.916	2.565	299.652	-	925.133

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Dezembro de 2021	Ajustes	Dezembro de 2021 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro líquido do período.....	182.156	(3.502)	178.654
Ajustes para:			
Depreciação e amortizações.....	9.504	182	9.686
Outros ajustes.....	(5.657)	5.655	(2)
Variação nas contas patrimoniais:			
Impostos e contribuições.....	95.927	(19)	95.908
Outros passivos.....	(65.790)	(2.316)	(68.106)
Caixa líquido gerado nas operações.....	69.852	-	69.852

2.4 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.5 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. A Companhia possui investimento na sociedade controlada Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOPTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros e/ou algumas serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)**: Em vigor pelo CPC desde 1º de janeiro de 2018, o Pronunciamento apresenta novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de "hedge".

CPC 50 - Contratos de seguros (IFRS 17): Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Este CPC entrará em vigor para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante. Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre Circulante e Não Circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada nos fluxos de caixas estimados no Teste de Adequação de Passivos. Os salvados são segregados entre Circulante e Não Circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após pagamento de sinistro. Adicionalmente, em julho de 2022 a Companhia alterou a metodologia de segregação das provisões de prêmios entre curto e longo prazo, passando a considerar seu desenvolvimento com base nas datas de início e fim de vigência dos prêmios, em substituição a curva de fluxos de caixa estimados no teste de adequação dos passivos.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(A) **MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**
A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) **MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO**
São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrer.

(ii) TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) são reconhecidos no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários), na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

São classificados nessa categoria os ativos financeiros adquiridos para obter fluxos de caixa contratuais, esses títulos são contabilizados pelo custo de aquisição e para os quais há a intenção e capacidades de mantê-los até a data de seus vencimentos.

(iv) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações de seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(B) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros

no exercício de 31 de dezembro de 2022.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT")

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda, está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.3.3 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment".

3.4 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro.

As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.2). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.5 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.6 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.7 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério.

3.8 PROPRIEDADES IMOBILIÁRI

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→ continuação

quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos. O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados de acordo com suas características de risco e similaridades. Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas. Não são aplicáveis fluxos de resseguro para sinistros a ocorrer. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente.

Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade média apurada no TAP foi de 78,5%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos. Já para o valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliadas através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

3.13 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale transporte, vale refeição, vale alimentação, auxílio creche e/ou baba, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços. O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.14 PROVISÕES JUDICIAIS, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPOSITOS JUDICIAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (registros e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.15 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.15.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.12.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.15.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

3.16 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 120 semestrais.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.18 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) das provisões técnicas; (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"); (iv) da realização dos impostos diferidos; e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuariários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações contábeis. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CÁLCULO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto Seguro.

Para definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto Seguro adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. E por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto Seguro para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três níveis de defesa:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve mudanças relevantes nos riscos: (i) de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia não sofreram alterações relevantes e; (ii) de seguros, pois as variações observadas decorrem do crescimento normal das operações da Porto Seguro.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

Para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos.

(a) **Portfólio de Investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito da Porto Asset. Management.

Em 31 de dezembro de 2022, 95,5% (96,1% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

(b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 9.1.1.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados. Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez.

Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade de manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii) passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	202.080	-	105.915	-
Fluxo de 1 a 30 dias	616.088	237.835	295.552	316.286
Fluxo de 2 a 6 meses	390.479	1.555.999	764.400	1.056.709
Fluxo de 7 a 12 meses	403.828	595.694	171.951	391.374
Fluxo acima de 1 ano	1.391.277	172.763	1.441.550	176.871
	3.093.751	2.562.291	2.779.368	1.941.240

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Inflação (IPCA/IGPM)	62,8%	84,9%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	15,3%	10,6%
Ações	1,1%	1,6%
Pre-fixados	19,0%	1,7%
Outros	1,9%	1,2%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido. Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.

Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2022:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(96.668)
	+ 25 b.p.	(50.082)
Índices de preços	+ 10 b.p.	(20.473)
	- 10 b.p.	96.668
	- 25 b.p.	50.082
	- 50 b.p.	20.473
Juros prefixados	+ 50 b.p.	(15.937)
	+ 25 b.p.	(8.152)
	+ 10 b.p.	(3.306)
	- 10 b.p.	15.937
	- 25 b.p.	8.152
	- 50 b.p.	3.306
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.598)
	+ 25 b.p.	(1.332)
	+ 10 b.p.	(1.065)
	- 10 b.p.	1.598
	- 25 b.p.	1.332
	- 50 b.p.	1.065
Ações	± 34%	(21.621)
	± 17%	(10.810)
	± 9%	(5.405)

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

A Companhia emite seguros de automóveis e danos. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco:

(a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos.

(b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2).

(c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos.
- Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores.
- Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados.
- Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é consistente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente.
- Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável.

Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto:

Dezembro/2022			Dezembro/2021		
Região	Automóvel	%	Região	Automóvel	%
Centro Oeste	254.945	5,6%	Centro Oeste	199.038	5,3%
Nordeste	460.712	10,0%	Nordeste	384.973	9,9%
Norte	49.389	1,1%	Norte	45.182	1,2%
Sudeste	3.172.653	71,0%	Sudeste	2.576.751	71,2%
Sul	611.831	12,3%	Sul	494.297	12,4%
Total Geral	4.549.530	100,00%	Total Geral...	3.700.241	100,00%

(* Não inclui valores de RVNE no montante de R\$ 4.504 (R\$ 10.157 em 31 de dezembro de 2021).

Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 3.12.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.....	(549.322)	(279.584)
Sinistros - aumento de 50,0 %	(667.762)	(217.204)

5.5 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5.6 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto Seguro pode ocasionar junto à terceiros também devido aos fatores acima mencionados. Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, o Grupo Porto desenvolveu em 2022 a política e a metodologia corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos - GRSAC.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→* continuação

princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2021 (reapresentado)	Dezembro de 2022
Patrimônio líquido (+/-) Ajustes contábeis	925.134 (366.711)	1.161.384 (312.734)
Participações societárias.....	(137)	(167)
Despesas antecipadas.....	(5.266)	(5.181)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR.....	-	(36.487)
Ativos intangíveis.....	(40.098)	(60.654)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-).....	(76.122)	(95.143)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-).....	(245.088)	(115.102)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(4.856) (6.360)	(4.856) (6.360)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento		
PLA de nível 1	553.567	842.290
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	160.517	88.723
PLA de nível 2	160.517	88.723
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+).....	76.122	95.143
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+).....	245.088	115.102
PLA de nível 3	321.210	210.245
Excesso de Nível 3 (-).....	(205.957)	(64.219)
Excesso de níveis 3	(205.957) (64.219)	(205.957) (64.219)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	829.337	1.077.039
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	768.358	973.507
Capital de risco de subscrição.....	717.943	913.404
Capital de risco de mercado.....	49.932	57.395
Capital de risco de crédito.....	24.657	28.947
Capital de risco operacional.....	23.519	29.091
Benefício da correlação entre riscos.....	(47.693)	(55.330)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	768.358	973.507
Suficiência de capital	60.979	103.532

A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

7. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Equivalentes de caixa (*).....	17.094	143.024
	17.094	143.024

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Adicionalmente, contempla ajustes diários de instrumentos financeiros derivativos futuros.

8. APLICAÇÕES

8.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2022			Dezembro de 2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Outros.....	169	-	169	146	-	146
	169	-	169	146	-	146
Fundos exclusivos						
LFTs.....	282.570	-	282.570	157.039	-	157.039
Ações de companhias abertas.....	20.179	-	20.179	24.019	-	24.019
Cotas de fundos.....	36.900	-	36.900	16.802	-	16.802
Letras financeiras - privadas.....	-	11.381	11.381	-	7.031	7.031
Outros.....	-	5.966	5.966	-	7.359	7.359
	339.649	17.347	356.996	197.860	14.390	212.250
	339.818	17.347	357.165	198.006	14.390	212.396
Circulante.....	-	-	356.996	-	-	212.250
Não circulante.....	-	-	169	-	-	146
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	21%			15%		

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

8.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (i)		
NTNs - B.....	910.227	1.065.484
LTNs.....	187.655	-
	1.097.882	1.065.484
Circulante.....	187.656	-
Não circulante.....	910.226	1.065.484
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	66%	75%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.097.882 (R\$ 1.150.182 em 31 de dezembro de 2021).

8.3 MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fundos exclusivos (*)		
NTNs - B.....	200.837	133.931
LTNs.....	11.702	-
	212.539	133.931
Circulante.....	11.702	-
Não circulante.....	200.837	133.931
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:	13%	9%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 201.939 (R\$ 125.101 em 31 de dezembro de 2021).

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	1.428.905	1.238.459
Aplicações.....	1.964.812	1.107.224
Resgates.....	(1.704.093)	(961.146)
Rendimentos.....	108.119	152.163
Ajuste a valor de mercado.....	12.867	(107.795)
Saldo final	1.810.610	1.428.905

(*) A movimentação das aplicações financeiras incluí os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda, títulos mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.5 ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

Apesar da companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente da Companhia leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em caso de resgate ou liquidação antecipada.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo circulante (*).....	3.831.834	3.085.840
Passivo circulante.....	3.113.638	2.533.158
Índice de liquidez corrente	1,23	1,22

(*) Total de ativo circulante, somado ao fundo exclusivo para cobertura de reserva técnica classificado como "Título disponível para venda no longo prazo" no montante de R\$ 910.226 que a Companhia considera ter liquidez imediata.

8.6 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)
Equivalentes de caixa (*).....	9,13
Fundos exclusivos	
NTNs B - IPCA.....	2,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	0,18
Carteira própria	
NTNs B - IPCA.....	1,94
LTNs.....	-

(*) Vide nota explicativa nº 7.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável
Automóveis.....	1.123.941	(2.907)	1.121.034	858.716
Resp. Civil facultativa - RCF.....	373.613	(838)	372.775	293.089
Assistência e outras coberturas - Auto.....	167.511	(59)	167.452	150.263
	1.665.065	(3.804)	1.661.261	(6.198)
			1.302.068	(6.198)

9.1.1 COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer.....	1.507.605	1.162.955
Vencidos de 1 a 30 dias.....	157.113	108.016
Vencidos 31 a 60 dias.....	43	25.226
Vencidos 61 a 120 dias.....	81	4.133
Acima de 120 dias.....	223	1.738
	1.665.065	1.302.068
	(3.804)	(6.198)
	1.661.261	1.295.870

9.1.2 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	1.295.870	1.133.333
Prêmios emitidos.....	4.835.758	3.947.822
IOF.....	340.158	277.536
Adicional de fracionamento.....	36.466	34.163
Prêmios cancelados.....	(258.667)	(211.116)
Recebimentos.....	(4.590.718)	(3.883.177)
Provisão para riscos de créditos.....	2.394	(2.691)
Saldo final	1.661.261	1.295.870

9.1.3 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	(6.198)	(3.507)
Provisões constituídas.....	(54.635)	(52.895)
Reversões e baixas.....	57.029	50.204
Saldo final	(3.804)	(6.198)

9.1.4 PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Automóvel.....	1 a 4	42%	49%
	5 a 10	58%	52%

10. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial	(6.198)	(3.507)
Provisões constituídas.....	(54.635)	(52.895)
Reversões e baixas.....	57.029	50.204
Saldo final	(3.804)	(6.198)

Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (i) (ii)..... 157.077 101.952

Imposto de renda..... 478 10.916

Outros..... 5 30

157.560 112.898

Circulante..... 483 10.946

Não circulante..... 157.077 101.952

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.1

(ii) Vide nota explicativa nº 10.1.3

10.1 TRIBUTOS DIFERIDOS

10.1.1 ATIVO

	Dezembro de 2021	Consti-tuição	Rever-são	Dezembro de 2022
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	-	36.487	-	36.487
	-	36.487	-	36.487
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	43.797	11.930	-	55.727
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR.....	25.830	-	(383)	25.447
Provisão para riscos de créditos e redução ao valor recuperável de salvados.....	11.678	1.089	-	12.767
Provisões não dedutíveis.....	7.437	644	-	8.081
Provisão para obrigações legais - PIS, COFINS e INSS.....	6.465	-	(79)	6.386
Provisão de participação de lucros.....	3.974	3.925	-	7.899
Provisão fiscal - outras.....	2.043	1.435	-	3.478
Provisão para processos judiciais.....	728	77	-	805
	101.952	55.587	(462)	157.077

10.1.2 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023.....	83.830
2024.....	5.409
2025.....	34.176
2026.....	4.250
2027.....	4.247
2028 a 2030.....	23.407
Após 2030.....	1.758
Total - ativo	157.077

Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido.

10.1.3 PASSIVO

	Reapresentado	Consti-tuição	Rever-são	Dezembro de 2022
Natureza				
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros.....	9.918	17.076	-	26.994
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS.....	9.742	-	(153)	9.589
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis.....	2.482	139	(356)	2.265
	22.142	17.215	(509)	38.848

10.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	(23.935)	288.266
(-) Participações nos resultados.....	(5.276)	(27.628)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	(29.211)	261.358
Alíquota vigente.....	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	11.684	(104.543)
Juros sobre o capital próprio.....	29.200	13.543
Inovação tecnológica (ii).....	2.368	11.163
Incentivos fiscais.....	-	2.412
Outros.....	1.024	(5.279)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	32.592	21.839
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	44.276	(82.704)
Taxa efetiva (D/A)	151,6%	31,6%

(i) Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→ continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

	De 1 a 30 dias		De 2 a 6 meses		Total
Prêmios e emolumentos recebidos	(6.043)	(87)	(6.130)		
Cobrança antecipada de prêmios	(555)	(18)	(573)		
Total 31 de dezembro de 2022	(6.598)	(105)	(6.703)		
Total 31 de dezembro de 2021	4.344	19	4.363		

19. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro	Bruto de Líquido de resseguro	resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	2.419.941	2.419.941	1.967.502	1.967.502
Sinistros e benefícios a liquidar	434.111	432.134	443.780	438.901
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	46.570	46.570	32.690	32.690
Demais provisões	21.280	21.280	18.950	18.950
Total	2.921.902	2.919.925	2.462.922	2.458.043
Circulante	2.831.323		2.286.740	
Não circulante	90.579		176.182	

19.1 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO DE CONTRATOS DE SEGURO E ATIVO DE RESSEGURO

	Passivos de contratos de seguros		Ativos de contratos de resseguros	
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.148.428	3.922	2.148.428	3.922
Constituições decorrentes de prêmios	3.710.398	-	3.710.398	-
Diferimento pelo risco decorrido	(3.510.279)	-	(3.510.279)	-
Aviso de sinistros	2.532.793	(5)	2.532.793	(5)
Pagamento de sinistros/benefícios	(2.436.623)	(14)	(2.436.623)	(14)
Atualização monetária e juros	18.205	976	18.205	976
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.462.922	4.879	2.462.922	4.879
Constituições decorrentes de prêmios	4.554.034	-	4.554.034	-
Diferimento pelo risco decorrido	(4.101.593)	-	(4.101.593)	-
Aviso de sinistros	3.287.519	(3.216)	3.287.519	(3.216)
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.297.864)	(460)	(3.297.864)	(460)
Atualização monetária e juros	16.884	773	16.884	773
Operações com resseguradoras	-	460	-	460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.921.902	2.436	2.921.902	2.436

19.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Total das provisões técnicas (A)	2.921.902	2.462.922
Direitos creditórios (i)	1.385.743	1.070.288
Custos de aquisição diferidos pagos	336.525	309.834
Operações com resseguradoras	1.977	4.879
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	1.724.245	1.385.001
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	1.197.657	1.077.921
Títulos de renda fixa - públicos	1.097.882	1.065.484
Quotas de fundos de investimento	363.191	153.434
Total de ativos oferecidos em garantia (E)	1.461.073	1.218.918
Excedente (E - C - D)	263.416	140.997

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

19.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R\$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Dezembro 2022
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	220,2	236,1	264,9	299,4	302,3	332,9	364,2	475,9	480,7
Um ano mais tarde	215,0	230,2	265,1	295,3	285,9	315,9	272,8	443,8	-
Dois anos mais tarde	227,9	252,1	251,5	279,8	297,0	307,6	274,5	-	-
Três anos mais tarde	254,7	238,0	271,9	286,4	292,2	300,2	-	-	-
Quatro anos mais tarde	240,4	257,1	274,9	283,5	284,9	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde	258,1	258,9	272,8	276,2	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	258,7	257,7	266,4	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	258,5	251,4	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	252,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	252,1	251,4	266,4	276,2	284,9	300,2	274,5	443,8	480,7
Pagamentos acumulados até a data-base	(228,8)	(222,0)	(230,5)	(233,8)	(233,6)	(236,7)	(188,3)	(352,5)	-
Total	23,3	29,4	35,9	42,4	51,2	63,6	86,2	91,3	480,7
PSL e IBNR reconhecidas no balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	480,7

19.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
	Bruto de Líquido de resseguro	Bruto de Líquido de resseguro
Saldo inicial	88.668	73.324
Total pago no semestre	(27.710)	(26.547)
Novas constituições no semestre	1.791	1.304
Baixas da provisão por êxito	(25.607)	(978)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	43.061	23.526
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	17.193	18.053
Saldo final	97.396	83.803

(*) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo.

20. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS

20.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	69.163	66.899
Cíveis	2.773	2.677
Trabalhistas	83	94
Total	72.019	69.670

(a) PROVISÃO PARA PROCESSOS FISCAIS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS (i)	33.228	31.263
PIS (ii)	13.706	14.448
REFIS (v)	11.492	11.001
INSS - autônomos (iii)	2.491	2.416
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv)	1.146	1.111
Outras	7.100	6.660
	69.163	66.899

(i) COFINS

Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 4% após a promulgação da Lei 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei 9.718 que conceituou faturamento como equivalente a receita bruta.

Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos em sede de Recurso Extraordinário interposto pela Sociedade.

(ii) PIS

A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil.

No caso da Emenda Constitucional nº 01/94, aguarda-se julgamento dos recursos Extraordinário interposto pela União. No caso da Emenda Constitucional nº 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

Com relação à Emenda Constitucional nº 17/97, aguarda-se cumprimento de sentença com relação ao depósito da competência de fevereiro/98.

Relativamente à Lei nº 9.718/98, aguarda-se o julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela União, sendo que o Recurso Extraordinário foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247.

(iii) INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) AUTÔNOMOS

Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade.

(iv) CSLL

A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário.

(v) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a conversão em renda e/ou levantamento dos valores envolvidos e o respectivo trânsito em julgado dos processos.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	66.899	94	2.677	69.670
Constituições	-	-	1.013	1.013
Reestimativa	-	-	-	-
Enc. êxito/reversões	(1.331)	(19)	(433)	(1.783)
Pagamentos (*)	-	-	(418)	(418)
Atualização monetária	3.595	8	(66)	3.537
Saldo em 31 de dezembro de 2022	69.163	83	2.773	72.019
Quantidade de processos	17	3	89	109

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)).

20.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Fiscais (a)	160.987	155.123
Cíveis	10.131	7.832
Trabalhistas	41	40
Total	171.159	162.995

(a) CONTINGÊNCIAS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) Discussão junto à Receita Federal do Brasil quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com o risco total estimado em R\$ 104.705 (R\$ 75.907 de possível impacto no lucro líquido); (ii) Discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 29.867 (R\$ 18.161 de possível impacto no lucro líquido).

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 975.628, dividido em 2.308 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal (R\$ 674.578, dividido em 1.722 unidades em 31 de dezembro de 2021). As aprovações de aumento de capital realizada pela SUSEP/CGRAJ no exercício de 2022 foram as seguintes:

	Portaria	Aprovação - R\$
19 de dezembro de 2022	1.215	85.000
13 de dezembro de 2022	1.202	8.000
21 de novembro de 2022	1.150	5.000
15 de novembro de 2022	1.131	10.000
26 de outubro de 2022	1.085	25.000
24 de outubro de 2022	1.068	40.000
		173.000

As Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 28 de julho de 2022, 31 de outubro de 2022 e 28 de dezembro de 2022, deliberaram os aumentos de capital social nos montantes de R\$ 20.000, R\$ 62.050 e R\$ 46.000, respectivamente e aguardam aprovação pela SUSEP.

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados.

A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 314 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 21 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios.

A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R\$ 95.123 (R\$ 94.370 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, seu saldo era de R\$ 122.880 (R\$ 225.330 em 31 de dezembro de 2021).

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei.

O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A Administração da Companhia aprovou em 29 de setembro de 2022, a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 15.000, à conta de reserva de lucros. Os dividendos foram pagos na mesma data de aprovação.

A Administração da Companhia deliberou, na reunião de diretoria de 31 de outubro de 2022, JCP no valor de R\$ 62.050, líquidos de imposto de renda, à conta de reserva de lucros para integralização de capital na Companhia.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Lucro líquido do exercício	15.065	178.654
(-) Reserva legal - 5%	(753)	(9.108)
Realização da reserva de reavaliação	315	21
Lucro básico para determinação do dividendo	14.627	169.567
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.657	42.392
Dividendos mínimos obrigatórios	3.657	-
JCP distribuído - líquido	-	28.779
Dividendos intermediários	-	14.488
Total de dividendos e JCP	3.657	43.267
Total por ação (R\$)	1,58449	25,12602

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

Azul Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 16º ao 20º andares - Centro - CEP: 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

azul
segurosazul
seguros

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

→ continuação

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Receitas com operações de seguros	4.090	4.882
Total de outras receitas	4.090	4.882
Despesas com serviços de assistência	(33.651)	(39.711)
Despesas com cobrança	(28.379)	(20.661)
Despesas com sistema de riscos	(13.201)	(14.455)
Despesas com encargos sociais	(7.821)	(7.478)
Provisão de desvalorização de salvados	(3.228)	(2.759)
Outras	71	(7.006)
Total de outras despesas	(86.209)	(92.070)
Outras receitas e despesas operacionais	(82.119)	(87.188)

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Despesas recuperadas (*)	(239.564)	(199.861)
Pessoal e benefícios pós-emprego	(72.577)	(64.464)
Serviços de terceiros	(33.314)	(36.269)
Localização e funcionamento	(19.732)	(22.348)
Outras	(2.046)	(4.597)
	(367.233)	(327.539)

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 31).

28. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
COFINS	(53.165)	(58.224)
PIS	(8.331)	(7.849)
Outras	(4.815)	(4.095)
	(66.311)	(70.168)

29. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Juros de títulos disponíveis para a venda	76.247	131.287
Adicional de fracionamento de prêmios	37.281	34.163
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	31.873	20.876
Outras	9.501	3.978
Total de receitas financeiras	154.902	190.304
Operações de seguros	(16.177)	(18.205)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(45)	(170)
Outras	(9.601)	1.277
Total de despesas financeiras	(25.823)	(17.098)
Resultado financeiro	129.079	173.206

30. GANHOS OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES

No decorrer de 2022 houve a contabilização no ganho patrimonial relativo ao Fundo (detalhado na nota explicativa nº 1.2.1), compensado pelas perdas ocorridas nas demais vendas de imóveis realizadas pela Companhia.

31. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

- Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para Porto Cia;
 - Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
 - Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento;
 - Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
 - Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a Porto Assistência.
- Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Ativo		
Portoseg	749.994	601.971
	749.994	601.971
Passivo		
Porto Cia	33.275	35.977
	33.275	35.977
		Despesas
	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Demonstração do resultado		
Porto Cia	(496.531)	(354.963)
Porto Assistência	(181.463)	-
Porto Atendimento	(6.816)	(14.189)
Outros	(693.011)	(6.133)
	(693.011)	(375.285)

31.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Participação nos lucros - administradores	(405)	19.072
Honorários de diretoria e encargos	940	853
	535	19.925

32. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) COMITÊ DE AUDITORIA

(b) O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., Companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 8 de fevereiro de 2023 até a data da publicação dessas demonstrações financeiras.

DIRETORIA

Roberto de Souza Santos
Diretor Presidente

Celso Damadi
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

Lene Araújo de Lima
Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional

Luiz Augusto de Medeiros Arruda
Diretor Vice-Presidente - Marketing, Clientes e Dados

Marcos Roberto Loução
Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços

José Rivaldo Leite da Silva
CEO Seguros e Diretor Vice-Presidente - Comercial

Adriana Pereira Carvalho Simões
Diretora Jurídica e Riscos

Eva Vazquez Montenegro Miguel
Diretora de Produção

Fabio Ohara Morita
Diretor Técnico

Gilmar Pires Rodrigues
Diretor de Produto - Automóvel

Luiz Felipe Milagres Guimarães
Diretor de Atendimento

Luiz Vicente Guaranha Lapenta
Diretor de Precificação

Marcelo Sebastião da Silva
Diretor de Sinistro Automóvel

Rafael Veneziani Kozma
Diretor de Controladoria

Tiago Violin
Diretor

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da Azul Companhia de Seguros Gerais

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas dos contratos de seguros

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.12 e 19, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, registrou provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 2.921.902. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.12.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e providência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de

sistemas de segurança.

Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados para fins de comparação nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram retificados em relação às demonstrações financeiras daquele exercício originalmente divulgados, as quais foram auditadas por outro auditor. Os valores correspondentes ora retificados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.3 foram auditados por outro auditor que emitiu relatório datado em 30 de agosto de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da

financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

• A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

• Avaliar a diretoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O
Diana Yukié Naki dos Santos
Sócia - Contadora CRC-SP300514/O



Aos Acionistas e Administradores da Azul Companhia de Seguros Gerais

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações contábeis bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais

solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais SS, CIBA 57

CNPJ 03.801.998/0001-11

Ricardo Pacheco

Atuário - MIBA 2.679

